



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 21 de junho de 2017

N.º 12/2017

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sanda Marina Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Gilberto Jorge Vilas Boas Rosado, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Jorge de Oliveira Paulino, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

### **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de maio de 2017, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Depois de uma incursão hoje de manhã por terras alentejanas aqui estou para exercer a minha função de vereador da oposição responsável. No dia 15 de março votei contra uma proposta da maioria que tinha a ver com as infraestruturas e com o protocolo do supermercado junto da Avenida da Europa, porque aquilo que estava a ser dito não estava traduzido nas peças do processo, nomeadamente nas acessibilidades e porque não estava documentado. O Sr. Vice-Presidente disse que o que tinha a dizer sobre o processo, mas isso não se traduz no que aqui está. Assim não podia aprovar aquele protocolo tal como estava. Entretanto, e como é do conhecimento da Sra. Presidente, houve uma carta dos moradores que estão perto daquele espaço com algumas preocupações numa carta de 9 de junho. A questão é se já há uma resposta para estes moradores e se as peças desenhadas e outras que estavam em falta já existem e se posso ter acesso a elas. O principal é saber se já houve uma resposta para minimizar as preocupações destas pessoas sendo importante que os moradores da Urbisado ficassem descansados com o que se está lá a fazer.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – A primeira questão tem a ver com um assunto que penso que foi trazido aqui há duas reuniões atrás sobre um alerta que dei, porque achava que o acesso às praias este ano iria ser bem pior e com mais constrangimentos do que no ano anterior. Isto devido ao crescimento do turismo, e ainda bem, mas também pelo facto de a Praia de Galapinhos ter uma publicidade extra com o prémio ganho. Nos últimos dias vimos, fruto dos feriados de Lisboa e o nacional que houve um surto muito grande e houve ali constrangimentos. Na altura lancei a questão de se saber se os meios disponibilizados no passado iriam continuar a dar resposta a estas questões ou se seria necessário haver reforço, ou outras medidas. Gostava de saber qual foi o vosso *feedback* com as autoridades, aquilo que lhes transmitiram e se realmente é necessário haver maior reforço. Sei que a Câmara está a fazer uma campanha na internet para haver uma maior consciencialização, para não levarem o transporte privado para as praias, mas gostava de perceber se houve o *feedback*, ou não, por parte das autoridades e dos agentes em campo.

O Parque de Campismo do Outão, o EcoParque, está em obras. Daquilo que sei até 1 de julho reabre novamente e queria saber se se mantém essa perspetiva de reabrir nesse dia visto que há o problema que se já se arrasta há algum tempo, de as caravanas estacionarem de forma indevida e um pouco por toda a cidade. Pergunto se com a reabertura haverá maior ou menor possibilidade de isto acontecer.

4

**Sr. Vereador Gilberto Rosado** – A minha intervenção é sobre a Casa das 4 Cabeças para saber qual é o ponto de situação da requalificação da mesma, uma vez que em 2014 foi anunciado aqui que ia ser sujeita a isso, mas a verdade é que continua com painéis e em construção.

**Sr. Vereador Fernando José** – Tenho algumas perguntas que já vêm do mandato anterior ao em vigor. Depois de uma intervenção da Câmara em que a Sra. Presidente comunicou que foi feito um estudo junto da população e que o mesmo resultou em que a população queria a manutenção de um certo espaço. A Câmara tem o “Município Participado” e o “Ouvir a População”, o que é muito importante e daí resultou a manutenção e a requalificação. Isto é uma coisa que já ouço desde que sou vereador e autarca na junta de freguesia. Depois do estudo até foi dito o que iria ser feito, mas estamos a terminar mais um mandato e até hoje nada aconteceu e estou a falar do ringue desportivo das Amoreiras. Aquilo que a Sra. Presidente disse na altura foi que a população não queria o ringue, que queria outra coisa e que se ia fazer uma consulta pública. Fizeram-no junto da população e na altura até se brincou um pouco com isso, porque eu tinha muitos amigos nesta zona e que queriam o ringue. Isso está em ata. A verdade é que passados todos estes anos o ringue continua na mesmo. O que a Sra. Presidente assumiu na altura foi que se iria fazer um relvado sintético no Bairro do Liceu, que ficou muito bem feito, mas a verdade é que nas Amoreiras continua tudo na mesma. Quero saber o que aconteceu para que até hoje nada tenha sido feito naquele espaço que cada vez mais, se está a degradar.

Neste mandato que está a decorrer há situações na freguesia onde pertencia São Julião, a limpeza está a degradar-se de dia para dia no Bairro do Liceu e nas Amoreiras, o que é uma vergonha, bem como a limpeza do jardim. Tentei verificar se a responsabilidade é da Câmara ou se é da Junta de Freguesia, mas questionado numa reunião da assembleia de freguesia o presidente Rui Canas disse, e está em ata: “*A limpeza dos passeios já teve melhores dias*”. Pergunto à Sra. Presidente o que é que se está a passar nos bairros das Amoreiras e do Liceu.

Ao terminar o último mandato autárquico, a Câmara Municipal, e não o Partido Comunista, colocou dois *outdoors* na cidade. Foi polémico porque estávamos em vésperas de entrar na campanha autárquica e foi a Câmara que colocou os *outdoors* a evidenciar a construção da biblioteca municipal junto do Largo José Afonso. Estamos a acabar o mandato e da biblioteca é “bola, zero”, assim como a Casa das 4 Cabeças, ou o tão anunciado Estádio Municipal de que nos jornais a Sra. Presidente apareceu a lançar a primeira pedra. Quanto aos *outdoors* eles foram pagos com dinheiros públicos, da Câmara e de todos os que cá vivem, foi com o dinheiro de todos nós. São dinheiros que também vêm do IMI e que é dos mais altos a nível nacional. Gostaria de saber o que aconteceu com a biblioteca e com o Estádio Municipal, já que a Sra. Presidente apareceu com um cachecol do Vitória, mas também com o investimento dos chineses. Foi uma notícia para os jornais que nunca vai acontecer.

Gostaria de saber ainda sobre o *outdoor* colocado na Várzea e que anunciava a construção de um parque urbano ainda no mandato anterior, fico estupefacto porque nada aconteceu. Curiosamente estava ao lado do *outdoor* do PS.

Gostaria de obter todos estes esclarecimentos, porque se está a enganar os setubalenses com obras e pinturas de fachada quando as coisas cada vez estão piores.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – Não pedi a palavra para responder a um inquérito judicial com o ar com que o Sr. Vereador Fernando José o coloca aqui, parece que vem fazer uma inquirição, mas sim para responder à declaração política, e é disso que se trata, o Sr. Vereador está a fazer a sua campanha. Aí começo por dizer que o Sr. Vereador está de volta! Ressurgiu! Parecia que estava adormecido, mas a dois meses das eleições aparece a dizer que tudo o que foi feito e por melhor que esteja não presta. Sobre as promessas diz “bola, zero”. Para isso temos respostas “sem bolas e sem zeros”, temos números concretos sobre a obra feita. Sobre os projetos anunciados nos *outdoors* eles estão a decorrer pelo que o que Sr. Vereador diz é falso. Para seu desgosto obras como o Convento de Jesus, em que



se absteve ou votou contra para atrasar a cidade, aconteceram. Sobre a situação da Várzea está tão desatento que vale tudo e num tom tão eleitoralista? Estou a ir ao ritmo da sua comunicação, mas vou rebatê-lo! Então não acompanhou as reuniões de câmara? Não sabe o que está em curso? Não sabe que há uma proposta de regularização do leito de cheias? Se calhar vai votar contra e depois amanhã diz “bola, zero”! Não é só um zero, estamos a dar muitos a zero ao PS! Daqui por dois meses e pouco o resultado das eleições é que lhe vai dizer se tem razão em todas essas coisas. Quantos ringues ou campos relvados é que foram tratados? Há muitas promessas cumpridas, mas nunca na gestão de um município ou de uma freguesia estão todas cumpridas, mas estão sempre a ser feitas coisas. Também descobriu o Sr. Vereador que um ex-vereador que agora está na Assembleia Municipal, pelo PSD, que também à porta da sua rua é uma desgraça a higiene urbana. O resto da cidade não está tão mal, mas à sua porta é a tal desgraça. Por acaso vivo na zona onde era São Julião e é das zonas que mais percorro em Setúbal, sendo que a falta de higiene ali é pura e simplesmente mentira, é falso o que diz! O Sr. Vereador Fernando José deve ter obstáculos nos olhos que não o deixam ver as coisas como são, é melhor cuidar da vista e olhar para a realidade. Temos um projeto e uma estratégia que temos vindo a desenvolver e a executar, nunca fomos apanhados em falsas promessas e nem sequer as houve. O Sr. Vereador retira um contexto de uma determinada altura e quer um estádio em vários locais e uma cidade desportiva, mas aquilo era o que na altura correspondia aos anseios da direção do Vitória. Vem daí acusar do incumprimento de uma promessa?

Sobre a responsabilidade que cabe ao município na execução de equipamentos públicos o Sr. Vereador está a falhar e também sobre as “raízes de esforço” que foram criadas no mandato socialista que prometeu o Vale da Rosa e que criou expectativas nos vitorianos. O Sr. Vereador quer atirar isso contra a presente Câmara? Está muito enganado e o procedimento está muito apodrecido, sendo que foi o PS que o engendrou.

**Sr. Vice-Presidente** – Quanto ao Sr. Vereador Luís Rodrigues e relativamente ao protocolo que veio a reunião de câmara para ser assinado entre a Câmara e a empresa responsável pela construção do supermercado, isto traduzia tudo aquilo que é o compromisso assumido. Foi essa a diferença da interpretação do que estava aqui em causa. O que afirmei sempre é que aquilo era um protocolo, o que era compromisso era o que estava no protocolo. Esse compromisso tinha de vir à aprovação da Câmara e foi isso que cá veio. Sobre esta matéria acho que não há mais nada a dizer.

A outra questão que transmiti, e isso está nessa ata, e provavelmente noutras, foi aquilo que ia acontecer ali. Falei das acessibilidades que obrigatoriamente o promotor daquela construção se comprometera a fazer tendo em conta os congestionamentos de uma superfície comercial, embora de pequena dimensão e comparativamente com outras. Era numa zona urbana que por si já tem dificuldades, como é o caso da Estrada da Baixa de Palmela, onde se situa a unidade comercial, e era necessário encontrar novas acessibilidades que em vez de prejudicar o tráfego viesse pelo contrário a ser uma oportunidade para que melhorasse e para haver uma melhor mobilidade em toda aquela zona. Expliquei mais do que uma vez em reunião de câmara sobre o que é que ia ali acontecer, mas isso não faz parte do protocolo, portanto é necessário que a coisa fique bem clarificada. O compromisso estabelecido entre a Câmara e a empresa está no processo e foi objeto dos despachos obrigatórios e dos pareceres técnicos. Fundamentalmente referi que haveria a construção de uma rotunda na Avenida da Europa e uma ligação com o Bairro da Urbisado e que esta era de facto uma oportunidade única de garantirmos à população deste bairro uma alternativa de ligação a uma via importante da cidade. Não a uma via rápida, mas a uma avenida e para outros destinos. Consideramos que esta era uma oportunidade muito importante para fazer a ligação daquele bairro a uma via estruturante para não ficar muita gente concentrada na Urbisado, tal como está hoje, e com problemas de congestionamento da via da Estrada da Baixa de Palmela. A outra solução é através da Avenida Rodrigues Manito que por si só e tendo em conta a concentração populacional dali está congestionada, sobretudo nas horas de ponta. Existem momentos e pontos de congestionamento, mas não se pode dizer que em

Setúbal existam dificuldades de circulação, já foi bem pior. Aquilo que a Câmara tem vindo a fazer tem sido exatamente no sentido de criar melhores condições de mobilidade. Sobre isso não tenho dúvidas e a população em geral tem manifestado isso publicamente, não só os setubalenses, mas também quem nos visita. Tem sido dito pública e vastamente o importante trabalho que tem sido feito pela Câmara no sentido de criar melhores condições de mobilidade. Reportando-me à questão concreta daquela obra e à criação de melhores condições de acessibilidade, no fundamental são estas as vias que naturalmente hão de ter, na zona da Estrada da Baixa de Palmela, a continuação do arranjo, designadamente das bermas da via e como já aconteceu quando foi feita a localização da unidade comercial que está junto da rotunda. Naturalmente que essa via também será requalificada nesse lado, mas no nosso entender nem por isso será uma solução muito boa para o bairro da Urbisado. Pensamos que esta alternativa de ligação da Avenida da Europa ao Bairro da Urbisado é de facto uma oportunidade única que surge nestas condições e em termos de acessibilidades. Há outras intervenções que são feitas e que têm a ver exatamente com a criação de uma bacia de retenção no que diz respeito à Ribeira da Figueira, tal como já referi aqui várias vezes. O investidor até se comprometeu a elaborar um projeto para a construção da bacia. Também aqui já referi que foi aberto um aviso para uma candidatura exatamente para essa bacia, e por isso está a decorrer um processo no sentido de isto poder ser aprovado e poder ser construída para prevenir as cheias na cidade através da Ribeira da Figueira. Também já disse aqui bastas vezes que o Parque Urbano da Várzea há-de avançar em termos de intervenção e quando estiverem realizadas as obras das bacias de retenção da Ribeira do Livramento. Portanto, na sequência da execução destas bacias vem hoje a reunião a proposta para a adjudicação da obra. Isto estará no terreno daqui a um mês ou um mês e meio. É na sequência da construção dessas bacias de retenção que depois se desenvolverá o Parque Urbano da Várzea, feito por um técnico da Câmara. Veio exatamente uma proposta a reunião e que foi elogiada por todos os Srs. Vereadores. Foi sempre um técnico camarário a coordenar o plano de ação para a realização do parque urbano. Repetimos isto muitas vezes. Os Srs. Vereadores até aprovaram as propostas, mas parece que nunca ouviram falar deste assunto, é uma coisa “estranha” e não sei se é por isso que a população reage da forma como tem reagido quando são as eleições. É que verificam que os Srs. Vereadores da oposição se esquecem muito depressa das discussões nas reuniões de câmara e daquilo do que os órgãos de comunicação divulgam sobre os projetos e obras que estão a concurso, as que se vão lançar, etc. As obras têm tempos e procedimentos próprios em adjudicações, tal como os Srs. Vereadores sabem e têm obrigação de saber enquanto eleitos que há concursos. Estou convencido que até hoje nenhuma obra que foi anunciada, embora isso possa vir a acontecer em qualquer momento, e que tenhamos vindo dizer na câmara ou publicamente que afinal não vai ser realizada. Ao fim de 16 anos nunca o dissemos, portanto, todas as obras que anunciámos são projetos que vão ser realizados pela Câmara Municipal. Digo isto, porque tenho quase a certeza que no dia 1 de outubro a população vai continuar a reconhecer o esforço, o trabalho e a dedicação que a CDU tem tido nos órgãos autárquicos do município. Vamos continuar a trabalhar no sentido de concretizar as obras que anunciámos, como é o caso da biblioteca municipal. É um projeto que assumimos, trabalhamos e fizemos um concurso público. Há um projeto de execução para ser executado exatamente no sítio onde foi anunciado, e não noutra sítio. O projeto de execução foi realizado, está pago e estamos à espera que haja condições financeiras para o executar. É necessário e defendemos que Setúbal tenha uma biblioteca de última geração, assim como noutras obras, e não vale a pena a repetir todas “como uma cassete”. As coisas estão bem claras. Por tudo o que foi dito justificava-se, mais uma vez, esclarecer, há alguém que acha que pode fazer perguntas e questionar tudo e que mantém direito de resposta.

As questões que o Sr. Vereador Luís Rodrigues levantou na reunião em que veio o protocolo para o compromisso e a construção do supermercado, penso que desta vez ficaram clarificadas, são duas coisas diferentes e o protocolo obriga a tratar de uma determinada matéria. Mais do que uma vez falei da importância das acessibilidades que era importante construir para que houvesse melhores condições de mobilidade e de vida para quem vive no

Bairro da Urbisado, assim como para o resto da cidade. Isto são oportunidades, que do meu ponto de vista são únicas e foram garantidas.

Relativamente à questão dos moradores, já os recebemos pelo menos duas vezes vindos de um dos prédios da Urbisado. Foi explicado suficientemente aquilo que está em causa, houve algumas sugestões que foram deixadas por alguns moradores e que naturalmente vamos ter em conta e consideração. Também houve documentos escritos que foram dirigidos à Câmara e que tiveram a sua resposta. Assim, tal como noutras situações é importante que os moradores coloquem questões quando têm dúvidas e é bom que os vereadores e os serviços possam responder ao que se coloca. É assim que isto funciona e, portanto, não há nada de novo nesta matéria. Estamos na presença de uma obra extremamente importante para o futuro da cidade, porque a prevenção das cheias é uma das questões que mais a afeta, já afetou e pode vir a afetar no futuro. Isto para além das acessibilidades.

Quanto ao Sr. Vereador Paulo Lopes e à questão que colocou sobre as praias também referi bastas vezes que quanto às dificuldades de acesso às praias em 2017, mais uma vez a Câmara Municipal não conseguiu em tempo que a Infraestruturas de Portugal fizessem chegar-nos um protocolo atempado para que a Câmara pudesse atuar no sentido de prevenir alguns dos graves problemas que se colocam nos acessos às praias, e que se arrastam, pelo menos há 8 anos. Desde que fiquei com este pelouro que sei que tem sido assim. Expliquei bastas vezes o esforço que temos feito junto da Infraestruturas de Portugal para resolver este problema e até hoje não conseguimos. A Câmara não tem competência para intervir na Estrada Nacional 379, é uma competência da Infraestruturas de Portugal e a fiscalização da estrada quanto à segurança é da GNR. A este propósito e porque não conseguimos ainda este ano que o protocolo chegasse atempadamente para que a Câmara pudesse tomar medidas acerca das situações mais gravosas e que são conhecidas no acesso às praias. Marcámos uma reunião com a Sra. Ministra da Administração Interna e transmiti aos Srs. Vereadores o que se passou. A Sra. Ministra comprometeu-se a desenvolver todos os esforços junto das entidades competentes, designadamente junto da GNR, no sentido de este ano haver um maior reforço de homens e de meios nas praias da Arrábida. Pelo que é conhecido o resultado não parece muito diferente do de anos anteriores. Há uma questão sobre a qual não pode haver dúvidas, de quem é a responsabilidade da estrada e da segurança da via, é de entidades com as quais a Câmara estabelece todos os anos um conjunto de reuniões, discussões e avaliação das situações. A Câmara não tem qualquer competência para intervir diretamente, no entanto, e tal como o Sr. Vereador Paulo Lopes referiu, a Câmara tem estado a fazer uma campanha a chamar à atenção no sentido de as pessoas terem cuidado e respeitarem as orientações da GNR no sentido de evitar perigos maiores. É isso que temos estado a fazer e esperamos que a Sra. Ministra da Administração Interna possa, no âmbito das suas competências, reforçar a capacidade da GNR para fiscalizar a Estrada Nacional 379.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – A conversa já vai longa e o Sr. Vereador Fernando José está um pouco fora da realidade do concelho em alguns aspetos, e pelas perguntas que coloca. Concretamente em relação ao parque urbano não deve ter lido a Ordem de Trabalhos senão teria percebido imediatamente que a proposta das bacias de retenção está lá e corresponde ao início do parque. O que disse não faz nenhum sentido, só por ignorância ou má-fé é que se pode afirmar o que afirmou. É uma postura aborrecida num quadro com esta ordem de responsabilidade, mas já estamos habituados.

Quanto à Casa das 4 Cabeças é um processo que demorou muito tempo, foi “um parto difícil” do ponto de vista da obtenção dos fundos comunitários para a concretizar. Depois teve um processo mais longo no Tribunal de Contas e tivemos de andar com recursos da Câmara e da empresa, para haver a libertação do visto. Em termos de obra física está feito, mas falta pôr as portadas nas janelas e os eletrodomésticos que já estão adquiridos e só não estão lá por falta das ditas portadas. A empresa diz que estará tudo concluído até ao final deste mês, mas eu digo que estará até ao meio do mês que vem, mais coisa menos coisa, e teremos este processo concluído. Foi mais longo do que gostaríamos, mas fica requalificada uma casa



muito importante e que vai ter um uso para os jovens, com uma solução de gestão diferente do habitual, o que lhe dá uma natureza pioneira na requalificação do centro histórico. Não resisto a falar na questão do tráfego e a solicitar ao Sr. Vereador Fernando José que me dê o estudo que diz que o tráfego se complicou. Ou tem o estudo ou é "outra sapiência" que determina essa análise. O plano de mobilidade, já aprovado e está na última fase de execução, é absolutamente fantástico e dá coerência a tudo o que temos estado a fazer. Foi apresentado aos Srs. Vereadores e foi apresentado publicamente. A Avenida da Europa feita pelo PS foi um corte da cidade ao meio e para manter uma ponte que vinha da Antero de Quental para ir depois para a Estrada Nacional 10. Havia um corte permanente, uma rutura na cidade onde dois municípios que estivessem a olhar um para o outro teriam de andar quilómetros para se juntarem. O que está a ser feito devia ser profundamente elogiado e as pessoas estão a perceber isso. As cinco rotundas que vão ficar na Avenida da Europa vão transformar aquilo não numa estrada rápida e isto vai permitir que as pessoas se relacionem facilmente. Mais, vai-se impedir que andem quilómetros de carro para chegar a um ponto onde veem e até podem falar com o vizinho em voz alta. É uma medida muito importante. Quero lembrar ao Sr. Vereador que referiu o mandato passado e o anterior que quando se decidiu retirar o separador da via central aquilo tinha arame farpado e parecia um campo de concentração. Disse que iria haver desastres e mortes e fez toda uma panóplia de afirmações catastróficas. Dissemos que o que era preciso era ter calma, pusemos lá um sinal e as coisas começaram a andar melhor, tal como agora com as rotundas. Nunca ouvi o Sr. Vereador dizer que pedia desculpa dos disparates que disse, ou que aquilo está melhor. Agora está a funcionar, estabelecendo uma relação natural e harmónica entre os setubalenses num lado e no outro. Neste momento a Avenida da Europa está a ser integrada como uma via normal na cidade e uma via de comunicação entre as pessoas, não é uma via para ignorar a cidade. Este é só um pequeno exemplo de muitas outras ações que estão em curso. O Sr. Vereador falou da ligação da Urbisado impedindo também sobrecarregar de forma brutal a Avenida Rodrigues Manito, mas também vamos falar da rotunda que vai aparecer nos Combatentes e na Avenida General Daniel de Sousa, ou a rotunda que já passa nos correios e que permite a solução para o final da Avenida de Moçambique, bem como das soluções com as rotundas do Alegro, dos 4 Caminhos, da Praça de Portugal e da Olga de Morais Sarmento. Temos estas soluções que permitem fluidez, tal como acontece nas duas entradas e que se vão juntar para a Estrada de Palmela. Há um conjunto de soluções que o Sr. Vice-Presidente tem explicado exaustivamente e que dão coerência àquilo que estamos a fazer, independentemente de o facto de não estar concluído o processo há situações que estão bem resolvidas. Se assim é não é preciso fazer muita coisa. Não resisti a falar desta situação, porque se há coisa em que se investiu de forma clara e eficiente, com qualidade, planeamento e pensamento para o futuro do município é a questão da mobilidade.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Não posso deixar de dizer que realmente é lamentável que no Período de Antes da Ordem do Dia se venha acusar o executivo da CDU de ter motivações eleitorais e de fazer cartazes próximo das eleições, quando ficou claro para toda a gente nesta sala que aquilo que moveu e move o Sr. Vereador Fernando José nestas críticas é apenas uma motivação eleitoral. Neste momento estamos já muito próximos das eleições e passados praticamente 4 anos surgem aqui algumas questões. É uma pena muitas vezes não termos outra forma de divulgar aquilo que se passa nas reuniões de câmara, porque aí sim as pessoas iam perceber a diferença.

**Sr. Vereador Fernando José** – Quero dizer ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal que quando a questão foi levantada no mandato anterior, relativamente à Avenida da Europa, foi apenas uma questão levantada para referir que se nada fosse feito era evidente que ali iria haver problemas. Quando o Sr. Vereador explicou na altura o que ia acontecer, e isso está em ata, foi reconhecido que sim, que iria resultar. Não vale a pena vir voltar a levantar questões do passado que ficaram bem claras na altura. Comigo isso não resulta. Já lhe disse uma vez que me chamo Fernando José e não José Gerales.

A outra questão que quero levantar tem a ver com as obras anunciadas. A questão tem apenas e só a ver com isto, os senhores têm a maioria na câmara e antes das últimas eleições não informaram a população e utilizaram meios da Câmara Municipal. A informação que os senhores deviam ter dado é que em relação à biblioteca iriam anunciar o procedimento e não anunciar a biblioteca pois em todo o mandato não o conseguiriam fazer. Quanto ao Parque Urbano da Várzea em vez de terem lá colocado aqueles bonecos, e que agora voltaram a colocar e de forma ampliada, deviam ter dito à população sobre as bacias de retenção e que são muito importantes para o concelho. Mas isso não dá votos e os senhores sabem-no, porque aprenderam com o que aconteceu com o último mandato do PS com Mata de Cáceres, que tanto criticam. O investimento que foi feito na altura foi brutal e jamais vão reconhecer ou ter a capacidade de reconhecer aquilo que foi feito, porque qualquer dia até a estátua de Bocage foi feita pela bancada da CDU. Os senhores não reconhecem a obra que foi feita no tempo do PS, não reconhecem o trabalho de Mata de Cáceres ou a memória de Paula Costa, não reconhecem nada daquilo que foi feito, ao contrário do que acontece com o PS que reconhece coisas bem-feitas.

Efetivamente ainda não consegui obter uma resposta sobre o Ringue Desportivo das Amoreiras, porque até hoje não foi concretizado. A limpeza na anterior freguesia de São Julião, nomeadamente no Bairro das Amoreiras e no Bairro do Liceu, não é do meu reconhecimento, mas do Sr. Dr. Rui Canas, presidente da União de Freguesias de Setúbal, e isso está em ata e para quem quiser ler. Rui Canas também disse e está em ata que as intervenções nas escolas do primeiro ciclo na freguesia também “*deixam muito a desejar*”. É só ler as atas e se não acreditarem metam-me em Tribunal, mas estariam a mentir. Posso provar que o que digo é verdade. Foi o Sr. Dr. Rui Canas que em assembleia de freguesia reconheceu que há uma fraca intervenção da Câmara nas escolas do primeiro ciclo na União de Freguesias e que a limpeza no concelho deixa muito a desejar. Quem sou eu para contradizer aquilo que ali foi dito?

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Coloquei duas questões muito simples e das quais não obtive resposta concreta. Volto a perguntar, já veio a reunião de Câmara algum documento com a alteração da rede viária de que se voltou hoje a falar?

Tenho outra pergunta sobre esta carta que está aqui e da qual posso dar cópia pois foi-me entregue, mas com certeza foi dado conhecimento à Sra. Presidente. Já foi dada uma resposta concreta? Quero saber se a carta de um grupo de moradores do Condomínio da Rua Maria Adelaide Rosado Pinto n.º 5 já teve ou vai ter resposta? Isto é de 9 de junho. Foi dito que já houve reuniões e que já houve respostas e assim quero saber se esta em concreto teve resposta, se houve alguma reunião e se esse documento já veio aqui, ou não. Não falei de obras grandes, nem cartazes, nem de promessas não cumpridas, mas responderam com isso, o que é só conversa. Não queria falar dessas coisas, porque acho que não é o momento. Não houve uma renúncia de projetos que foram cancelados, mas não sabemos quando é que vão ser feitos, continuam nos papéis e nos cartazes. Vamos ver se nas próximas eleições isto continua. O que perguntei foram coisas muito específicas e não foram questões políticas.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – Sr. Vereador Fernando José, o meu nome é Manuel Pisco, não é Napoleão Bonaparte! Isto para dizer que não tenho a mania das grandezas que lhe parece, não sei se pela semelhança ou se pela estatura a si o “*infecta*”. Agora percebi que o Sr. Vereador não está só a fazer campanha para a Câmara, mas também para a União de Freguesias de Setúbal, o que é uma tentativa um pouco napoleónica, à escala do município que representa e para o qual foi eleito. É mesmo para a zona de onde era a freguesia de São Julião, ou a que tiveram em Santa Maria da Graça, que o Sr. Vereador está a fazer campanha. Se terá mais interesses partidários não sei, mas percebo que é por aí que anda. Não é por fazer muita campanha que resulta e com a política do *sound bite* que está muito gasta, as pessoas estão enjoadas. Quando se diz que os políticos perdem credibilidade é por causa disso. Toda a gente sabe fazer *sound bites*, até eu sei fazê-lo, então leva a resposta



que é para nos nivelarmos. Não vai ficar sozinho com *sound bites* no ar, terá a resposta e vai ter de ouvir, além daquilo que o Sr. Vice-Presidente já lhe disse, que já passaram aqui decisões importantes para aquilo que o Sr. Vereador está agora a contestar. Fernando José, o “Bola zero e nada acontece”, é o seu novo apelido, fica-lhe bem! Mas para mitigar isso vem dizer que não reconhecemos o que Mata de Cáceres fez? Então não nos lembramos dos títulos dos jornais de Londres a dizer que se andava a pavimentar Setúbal com ouro da União Europeia, então não nos lembramos que vieram carradas de dinheiro da concessão da Águas do Sado que salvaram um mandato ao PS e a Mata de Cáceres? Mas não lhe digo que fez mal as Piscinas das Manteigadas e a de Azeitão, uma série de alcatroamentos e muitos absolutamente necessários após tantos anos sem haver nenhum. Não foi só asneiras que fez, mas houve muitas opções estratégicas e algumas delas estragaram muito a cidade. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal já referiu que cortou a cidade ao meio e isso esteve assim durante muitos anos. Portanto era um objetivo remendar e recuperar aquela situação, tal como se está a fazer agora. Sabemos que tentar denegrir o trabalho feito é a maneira de esconder as próprias deficiências, mas no plano político e se a memória não for curta paga-se tudo. O “empreendimento dos chineses” nunca vai acontecer, foi dito por si e está registado. As “falsas promessas” que andamos a fazer aos setubalenses nunca serão cumpridas, os mandatos da CDU são “zero bola, nada feito”. Essa apreciação de um representante do PS, é bom que chegue à opinião pública, faz-nos jeito para medir o mérito da vossa intervenção política. Obrigado pela nota que nos está a dar, mas não esperávamos muito mais, mas agradecemos a veemência, a base e o brilhantismo da sua expressão.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Queria responder ao Sr. Vereador João Ribeiro, mas peço desculpa porque não era este, mas sim ao Sr. Vereador Fernando José. Peço mesmo desculpa porque só quem teve o mandato para que se candidatou e foi suspendendo sucessivamente e por questões profissionais respeitáveis e outras situações, acabou por desaparecer de Setúbal e de quem votou nele. O discurso do Sr. Vereador Fernando José poderia ser parecido com aquele que eventualmente o candidato do PS em 2013, que desapareceu por motivos profissionais para a Coreia, embora possa estar enganado e teria sido assim, porque o trabalho feito em Setúbal parecer-lhe-ia muito distante. Mas há uma outra questão que o PS terá de resolver, se de facto se revê nas palavras, na forma, no tom, que o seu vereador eleito e em funções se corresponde. Tivemos nota nesta mesma reunião da forma como uma pergunta pode ser dirigida à Câmara Municipal sem nota acintosa ou de outro modo. Por várias vezes a figura de estilo utilizada pelo Sr. Vereador foi o futebol através da “bola zero”, queria dizer-lhe que isto só lá vai com “vídeo-árbitro”, porque os autogolos são tantos e sistemáticos. O Sr. Vereador noutros momentos também mostrou que tem a prática de fazer um conjunto de insinuações relativamente à ausência de trabalho. Posso recordar, para não ficar no ar qualquer tipo de suspeita, como por exemplo a intervenção nas escolas do primeiro ciclo e no que diz respeito aos telhados de fibrocimento. Como pode ter já constatado, porque é uma pessoa cuidadosa e atenta, já fiz essa comunicação e ele cometeu um grande equívoco pois não corresponde à verdade. Senão recomendo uma leitura atenta sobre aquilo que são as diferentes intervenções que foram feitas na câmara. É de lamentar o desespero do PS que vai inventar este “fado” e vai tomando corpo nas suas palavras para fazer oposição, e que não seja capaz de ter outros argumentos como no ringue ou no Parque da Várzea em que já foram dadas várias explicações sobre o andamento das coisas. É preocupante que alguém que exerce estas funções não se dê conta daquilo que é todo o procedimento de um parque com as características do da Várzea. Há vários assim no País e no distrito e que lhe podem servir de exemplo de como são feitos estes procedimentos para construir um parque com estes pressupostos. Mas há uma pergunta que lhe queria fazer, Sr. Vereador, estando nós a dois meses e meio ou três do final do mandato qual foi a proposta que ao longo destes quatro anos trouxe à câmara enquanto vereador do PS? O PS também apresentou um programa aos eleitores desta cidade. Trouxe alguma proposta concreta para o executivo discutir e em benefício da cidade? É que me pode ter passado. Trouxe alguma designadamente no âmbito dos assuntos que normalmente traz aqui de

melhoramento, e, portanto, com algumas críticas legítimas. Desconheço, mas queria saber se tem alguma proposta que tenha sido alvo de discussão, porque de facto não me recordo. Penso que a bancada do PS apresentou apenas duas propostas ao longo de todo o mandato. O PS tem de encontrar soluções, justificações e fazer uma narrativa neste desespero desconcertante. Vale a pena lembrar que podemos sempre falar do passado com mais ou com menos respeito. Eu tento ter algum respeito pelo passado independentemente daquilo que se trata, mas há uma coisa que é inevitável e que não podemos escamotear, este município num conjunto muito diversificado de infraestruturas por comparação com aquilo que era a realidade de grande parte dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e em particular desta península. O atraso era gigantesco e não sou eu que o digo, Sr. Vereador, são camaradas seus do PS que o assumem, são as pessoas da cidade, mas acima de tudo é a realidade da cidade que o assume face a um conjunto de necessidades e de intervenções que este executivo ao longo dos últimos anos tem vindo a fazer e que acima de tudo se impõem para recuperar um atraso de décadas que o PS deixou. O seu legado é óbvio e teve um impacto decisivo na vida da cidade, portanto, é com esforço e dedicação que este executivo tem vindo a recuperar nas várias áreas e isso custa-vos muito a assumir, aceitar e reconhecer, mesmo quando tentam contrariar com falsidades e inverdades um conjunto de matérias. Queiram constatar os indicadores nas mais diferentes áreas e que hoje são públicos. É com expectativa que quero saber qual foi a proposta feita pelo Sr. Vereador Fernando José e em benefício de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando José** – A discussão foi muito elevada, ninguém me ofendeu, mas o Sr. Vereador Pedro Pina fez-me uma pergunta e sem prejuízo do que o Sr. Vereador Paulo Lopes possa vir dizer enquanto líder da bancada.

Venho desculpar algumas intervenções que foram feitas em relação ao passado, porque o Sr. Vereador Pedro Pina tem feito um trabalho que tenho acompanhado e tenho alguma consideração por aquilo que tem feito, mas ele não vivia nesta cidade e nem sequer a conhecia. Eu vivo neste concelho há quase 45 anos, mas o Sr. Vereador não, não andou cá na escola primária, no ciclo, na secundária, e não sabe o que era a cidade. Apenas ouve aquilo que lhe dizem e vai interiorizando. Agora disse uns “bitaites”, tal como diz o Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes e por isso nem sequer vou responder.

Quanto às propostas do PS estas não são feitas individualmente por mim, são feitas pela bancada do PS e neste mandato têm sido várias. Tenho intervenção nelas, porque faço parte da bancada. O mesmo aconteceu no mandato anterior e o Sr. Vereador Pedro Pina não estava cá. Sabe o que aconteceu com elas? Nomeadamente com uma sobre o Vitória? Foi colocada “na gaveta” e foi dito pela Sra. Presidente e pela CDU que era uma proposta de crianças, de quem não sabia, e passados uns meses apresentaram-na aqui depois de uma reunião privada. Digo-lhe o que aconteceu às propostas que o PS de uma forma séria tem apresentado neste mandato e apresentou no mandato anterior. Na minha opinião existe um muro imposto pela maioria comunista na câmara e que não está disponível para discutir o que quer que seja com a oposição. Só vem chamar a oposição quando precisa dela, por exemplo como quando aconteceu a tragédia no Mercado do Livramento. Se assim não fosse quando a bancada do PS e do PSD sugeriram que fosse constituído um grupo de trabalho para discutir a Feira de Sant’Iago isso tinha acontecido. A CDU, confortável na maioria que tem e com a sua arrogância não quer discutir. Não querem ouvir as propostas, foi assim que aconteceu quando o PS apresentou uma proposta sobre o *wi-fi* no concelho, e o mesmo aconteceu acerca do Conselho da Juventude que queríamos implementar. Não nos quiseram ouvir, porque estão confortáveis numa maioria e nem sequer querem ouvir ou discutir. Isto porque no primeiro dia deste e do mandato anterior, a primeira coisa que fizeram, e não sei se o Sr. Vereador Pedro Pina sabe, foi utilizarem essa arrogância e usarem todas as competências que por lei é permitido e colocaram-nas na Sra. Presidente. É esse “o muro” que tem de ser derrubado. É o muro da maioria que impede a evolução e a abertura do concelho a um futuro que se aproxima. É isto que defendo!

**Sr. Vereador Pedro Pina** – O Sr. Vereador Fernando José utilizou o tempo para objetivamente não responder a nada do que lhe foi perguntado, porque mais uma vez não sabe responder, o que é normal pois não tem vindo a muitas reuniões e perdoamos-lhe isso.

**Sr. Vereador Gilberto Rosado** – Não é a mesma pergunta, mas também tem a ver com a limpeza na ex-junta de freguesia de São Julião. A Câmara, e muito bem, fez a delegação de competências. Não é possível chegar a todo o lado, como é conhecido, e a Câmara tem alguma responsabilidade em algumas áreas. Uma vez que o presidente de junta disse que não tinha competências naquelas áreas gostaria de saber se ele fez alguma informação à Câmara e na qual era dito que havia falta de intervenção. Pergunto se isto é assim, ou se é, como já foi dito aqui, “bola zero e nada acontece em Setúbal”.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Há questões que interessa colocar e esclareço que só falo dos que aqui estão e vão estar até ao fim, não vou falar de João Ribeiro, Carlos Sousa, Heitor Matos, Odete Santos, ou de todos aqueles que já saíram. Cada um tem um passado e orgulha-se daquilo que quer. O PS e o PCP certamente que também se orgulham dos seus passados e dos seus candidatos e não merece a pena falar muito sobre isso. Há muita matéria, mas não adianta de nada e nem sequer podemos abranger todos os assuntos numa reunião. Existem ainda muitas reuniões e podemos ir falando nessas embora algumas coisas já tenham sido abordadas no passado. Há um argumento que me tocou fundo, mas que ao fim de mais de uma hora de discussão já nem sei quem o utilizou, sendo sobre a questão dos votos. É verdade que os votos representam a vontade do povo e o PS respeita o resultado de qualquer eleição livre em Portugal nos últimos 40 anos, mas não merece a pena fazer algumas extrapolações, porque se as fizermos então o que é que representam os votos da CDU a nível nacional, nas legislativas e noutros municípios? Isso quer dizer que os votos desse partido que nunca atingiram a vitória, ou ficarem aquém das expectativas representa o quê? Não vale a pena fazer essa análise, sinceramente porque é um argumento que não é democrático. Os votos são aquilo que as pessoas querem, mas dizer que as pessoas não deram a maioria ou a vitória ao partido A, B ou C, quer dizer que esse partido não tem razão? Não alinho nesse discurso e demarco-me até porque sinceramente não acho que seja verdade e não acredito nisso e acho que a CDU também não.

Houve obras bem-feitas e obras malfeitas e decisões boas e más em todos os executivos. Lembrei-me, quando falaram da via-rápida, que aquilo na altura tinha um propósito. Hoje, passados 20 anos, podemos falar dos efeitos positivos e negativos que teve. Falaram sobre a obra que seria o símbolo de Mata de Cáceres, aquela ponte sobre a linha do comboio nas Fontainhas. Hoje é fácil falar do impacto negativo ou positivo, passados estes anos todos, mas na altura foi uma grande obra. Até o PCP votou favoravelmente e isto foi aprovado por unanimidade, portanto não merece a pena criar este estigma de que tudo o que foi para trás estava mal feito, que não havia estratégia ou planeamento. Não é verdade, até porque os senhores votaram favoravelmente muitas dessas obras, porque eram realmente necessárias. Passados 20 anos algumas tornaram-se obsoletas e outras precisam de intervenções. Gosto de falar do futuro, vêm aí as eleições, os partidos políticos, uns mais do que outros, vão apresentar as suas propostas e é por aí que vamos. Estarmos a comentar o que se passou há 20 anos é enganar as regras da democracia, porque na altura quem tinha de decidir fazia-o na base do que conhecia e com base naquilo que era a realidade na altura. Essa é a razão pela qual na nossa bancada sentimos de forma muito forte certas críticas que são completamente injustas em relação àquilo que foi a governação. Quem anda nestas lides sabe que a crítica está implícita, porque senão somos todos da mesma cor e do mesmo partido e isso não faz sentido, mas algumas críticas são extremamente injustas.

**Sr. Vice-Presidente** – Quanto ao Sr. Vereador Luís Rodrigues, sabemos que o debate político é pouco, mas é importante procurarmos ser mais diretos nas questões. O Sr. Vereador fez uma intervenção inicial em que disse que no protocolo que veio à câmara não foi esclarecido que obras é que iriam ser feitas. Fui atrás da sua conversa, mas não é um



protocolo, mas sim um contrato de urbanização. O Sr. Vereador sabe muito bem que estes contratos significam assumir aquilo que é pago pela Câmara e o que é descontado nas suas taxas. Aquilo que a Câmara assumiu como obra foi o arruamento que aqui veio, não tinha de vir cá outra questão. O Sr. Vereador começou por colocar assim a questão, mas não gostou da conversa ou das afirmações que eu trouxe e no sentido de esclarecer mais uma vez a forma como vemos o município e a estratégia que temos para transformar a realidade que todos questionávamos: o potencial que Setúbal tem e o porquê de se viver assim. Eram estas as questões que tínhamos quando concorremos em 2001 à Câmara e o resultado está à vista. É normal que a oposição não goste, mas esta é a realidade. Aqui é como quando alguém vem colocar questões e depois não gosta da resposta e vem por outro caminho. Agora já diz que não colocou a questão da obra, mas sim a da sinalização da obra. Conhecemos “muitas formas de matar pulgas”, como diz o povo, mas é preciso ter muita atenção. Primeiro falou-me de um protocolo e depois vem-me dizer que a questão não era essa, mas sim outra. Quando não se gosta de ouvir os factos podemos ir sempre por outros caminhos, admito isso porque é o debate político, mas também me permita “que coloque os comboios nos carris” quando é necessário. Leia o que diz na ata e veja que estou com atenção ao que se passa na reunião. Depois não me venha perguntar se respondi ao texto que os moradores lhe colocaram se eu não o conheço. O senhor não leu o texto, então como é que sei se respondi à carta que tem? O que disse foi que houve um conjunto de moradores de um prédio na Urbisado que pediu uma reunião à Câmara, a reunião foi feita e foram dadas as explicações a todas as questões colocadas. Além disso houve uma carta que me foi dirigida por esses mesmos moradores do condomínio, ao que também já respondi, mas não sei se respondi à carta que o Sr. Vereador diz. Primeiro dê-me uma cópia para ir ver com os serviços se essa foi a carta a que respondi ou não, mas não inventemos coisas. Posso perceber a sua intenção, mas não ponha em causa aquilo que é a forma que entendo que devo responder às perguntas que são feitas. Eu respondo sempre, pode é não ser de acordo com o que está à espera, agora se eu respondesse com algo que não tem nada a ver já é outra questão.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Sr. Vice-Presidente eu não falei em sinalização nenhuma, não falei em nada disso e não percebo! Não sei se ouviu bem o que disse, mas não falei disso e isto é um assunto sério como pode ser o Terminal 7, a biblioteca ou um buraco na rua. Sugiro e peço-lhe que trate deste assunto que sendo maior ou menor tem a mesma responsabilidade que qualquer um merece dentro da Câmara. Sobre a questão do ofício o Sr. Vice-Presidente só tinha de responder que ia ver se era esse a que respondeu, ou não. Tão simples quanto isso pois preciso de saber se responderam a este ou não.

Quanto à primeira questão volto a colocar outra vez a mesma pergunta, trouxe à Câmara uma planta com a alteração das acessibilidades? Isso não estava claro no protocolo e isso está na ata, o Sr. Vice-Presidente que leia a ata de 15/03/2017, pois o que disse agora disse-o na altura. Na altura do protocolo não estava claro o que é que estava incluído em termos de desenho nas plantas, o que ia ser feito, e também não está o que agora perguntei sobre as alterações viárias. Só quero saber se já trouxe isto a reunião, se sim ou não, é simples. Essa resposta ainda não me deu, se não quer dar então não dê, mas isso é importante para se saber do que é que estamos a falar, moradores, vereadores e toda a gente. Não ponha é na minha boca que estou a falar de sinalização ou de outra coisa qualquer.

**Sr. Vice-Presidente** – Numa próxima reunião de câmara voltamos a falar sobre isto. É que já fez três perguntas, Sr. Vereador, e cada uma é diferente, foi como entendi e como ouvi e não fui só eu. Já respondi que o que veio à Câmara não foi um protocolo, mas sim um contrato de urbanização, “fui na sua conversa”, mas foi isto que aconteceu. Estes contratos servem para viabilizar aquilo que são os custos da intervenção que vai ser feita. Foi esse contrato de urbanização que veio à Câmara e foi o que aprovámos, não tínhamos de aprovar outra coisa. Pode entender isto da forma como quiser.

Quanto às outras questões que colocou na próxima reunião o Sr. Vereador faz uma pergunta e eu respondo-lhe. Certamente que a Sra. Presidente e os Srs. Vereadores estarão atentos para saber e não haver esta confusão que houve agora.

**Sra. Presidente** – Hoje assistimos ao regresso do Sr. Vereador Fernando José “no seu melhor”. Peço desculpa, mas o Sr. Vereador parece ser “o caceteiro” de serviço do PS. Quando estão a chegar eleições entra em ação! Isto significa o desespero, mas também a má-educação e arrogância com que ele iniciou esta reunião. Ao mesmo tempo, se virmos bem, dá sempre jeito, porque ajuda-nos. Estou inteiramente de acordo com a última parte da intervenção do Sr. Vereador Paulo Lopes, mas não conseguimos fazer de modo diferente. Costuma dizer-se que “quem não se sente não é filho de boa gente” e quando estas coisas são postas temos de dar resposta. Estou de acordo que isto não tem de ser tratado assim, todos os executivos cometem erros e fazem coisas bem-feitas, mas nós não andamos sempre a pensar no que o PS não fez até porque temos muito mais em que pensar e fazer. Podem notar que só o fazemos quando somos instigados a isso e temos de o fazer. De nossa livre vontade não o queremos fazer porque “já lá vai” e já chega, as pessoas já decidiram e vão continuar a decidir.

O Sr. Vereador Fernando José tem de levar resposta. Queria lembrar uma coisa que ele costuma ter como símbolo, que é mais setubalense que os outros todos. Nasceu e andou cá na escola, mas não sei a fazer o quê “para esta educação toda” pois com certeza não foi a que os pais lhe deram. Fica muito sensibilizado, porque nasceu cá e os outros não. Digo-lhe novamente que não nasci cá, mas sou de cá, criei aqui postos de trabalho, comprei casas e pago cá o IMI que não é mais baixo, porque o PS na Assembleia da República não deixou que fosse mais baixo. O PCP propôs na Assembleia da República 0,40% e o PS propôs 0,45%. Foram aprovados os 0,45% mesmo com o voto contra do PSD e do CDS, foi assim que tudo aconteceu. Ainda bem que insistem nisto que é para lembrarmos as pessoas. Se calhar fizemos muito mais trabalho do que muitos setubalenses aqui nascidos e criados e que frequentaram aqui a escola. Trabalhámos muito mais que os setubalenses que se inscreveram à pressa nos cadernos eleitorais da Junta de Freguesia de São Julião, que na altura era do PS, para dizerem que moravam cá e que têm ligação à terra para serem candidatos à Câmara. Mas como já tinham o “tacho” aprovado e planeado vieram aqui fazer currículo para prestar serviço ao PS, vieram inscrever-se nos cadernos eleitorais e podem ver a data em que se inscreveram numa junta do PS. Por acaso eu morava nessa freguesia e não noutra qualquer. O homem morava ali num prédio que tinha acabado de ser restaurado e só depois é que ficámos a saber disso e registou-se na junta. Nós nunca fizemos uma farsa dessas. Como sabem eu e o Sr. Vereador Pedro Pina moramos em Almada e já fizemos mais por esta cidade que muito dos setubalenses socialistas, não temos vergonha de dizer isso, não fazemos farsas e não mentimos às pessoas a dizer que ficamos se perdermos as eleições. Foi isso que o candidato João Ribeiro fez às populações. Sabíamos que ele não iria ganhar, os jornalistas perguntaram e imediatamente ele voou para fora daqui depois de ter feito o seu frete político. Este ano, justiça seja feita, o PS teve uma atitude muito mais inteligente e coerente em relação ao candidato. Em política não vale tudo e uma vez com o candidato do PS tivemos uma pequena discussão acerca disto. O atual Sr. Vereador e candidato está outra vez a meter-se por caminhos de que em política vale tudo, mas como ele hoje não está aqui será na próxima reunião em que esteja presente para lhe dizer as coisas pessoalmente, porque não gosto de dizer pelas costas. Vou-lhe dizer pessoalmente que em política não vale tudo, assim como digo agora ao Sr. Vereador Fernando José que está nervoso pois não têm ideias. Só há ideias nacionais e de governo e isto porque o PCP quis que fossem governo, senão não seriam, mas esquecem-se disto permanentemente e é de se lhes lembrar, com a arrogância que lhes é devida de que só são governo e têm medidas para a década, porque o PCP possibilitou. Em relação aos dois mandatos e que não foi feito o ringue, gostava de saber em que mandatos é que o PS fez algum ringue com relvado sintético. Fez um campo de relva natural para o Comércio e Indústria, porque na altura tudo o que fosse PS tinha proteção especial, assim como aconteceu com o Praias do Sado que tinha

uma sede própria, porque eram do PS, e também o Bairro de Santos Nicolau. Nós prometemos e estamos a cumprir e continuamos a fazê-lo. O ringue das Amoreiras penso que terá por perto os sogros do Sr. Vereador Fernando José assim como amigos. Convém, por isso, arranjar o local perto dos amigos ou familiares, compreendo isso, mas nós temos outras prioridades e até foi feito um inquérito às populações e o Sr. Vereador já respondeu a tudo sobre isso. É claro que aquilo vai ser arranjado embora já tenha sido tratado o caminho cheio de ervas e as árvores que o PS colocou à pressa para ver se não perdia as eleições no seu último mandato e depois no mandato de 2001. As árvores são plátanos que fazem alergias e há outras que produzem grandes raízes, mas o que interessava era alindar aquilo e sem querer saber o que é que no futuro podia acontecer. Estas árvores destruíram o largo que dá para a capela mortuária do Bairro do Liceu e o caminho que dá para o Ringue das Amoreiras, também com este tipo de árvores, mas fomos nós que reparámos tudo e havia muito a dizer sobre isto. Quando o Sr. Vereador faz propaganda à sua esposa que é candidata à União das Freguesias de Setúbal e trata o presidente Rui Canas de “doutor” e de forma depreciativa é o desespero, é a forma dele valorizar a sua mulher enquanto candidata. Esquece-se de dizer que nunca tivemos nenhum doutor de uma junta de freguesia a dizer que esta é a cidade mais suja do país, mas em 2001 foi a “Visão”, que fez um artigo muito bom, a referi-lo e quando aqui era a capital de distrito do PS.

Ainda bem que fala da biblioteca, obrigado porque isto ajuda a explicar as coisas às pessoas, mas isto e o Terminal 7 não foram cartazes de campanha eleitoral. O Sr. Vereador é que tenta fazer campanha eleitoral e ainda por cima faz mal. Se calhar estava distraído ou a dormir, mas houve um concurso que demorou quase dois anos, muito antes de os cartazes estarem expostos, com a Ordem dos Arquitetos Portugueses para fazer o projeto da biblioteca. Na altura havia a promessa de se abrirem candidaturas para equipamentos culturais e desportivos e candidatámo-nos com a Ordem dos Arquitetos. Não sei se o Sr. Vereador soube, mas do resultado dessa candidatura houve uma grande cerimónia no Quartel do 11 em que se viu quem ganhou essa candidatura. Se o cartaz saiu nessa altura foi o resultado do que foi o concurso. O projeto já está feito e à espera de fundos comunitários, sempre o dissemos e está no nosso programa eleitoral. O Sr. Vereador Fernando José tenta sempre “atirar serradura aos olhos”, mas sabe porque é que a biblioteca não está feita? É que além de não termos fundos comunitários, e estamos a falar de mais de 2 milhões de euros de obra, não temos fundos próprios para fazê-la. Só pode ser feita quando na Rede Nacional de Bibliotecas for limpo o nome de Setúbal e que o PS sujou, vão lá saber se é verdade ou mentira pois temos cópia dos ofícios que recebemos. Isto quer dizer que o PS candidatou a mesma obra a duas instituições, à Rede Nacional de Bibliotecas e à OID, fez isto para receber dinheiro duas vezes para fazer uma BM1 e nem sequer uma BM3 fez. Aquilo seria equiparado a uma BM3, pegaram naquele edifício e recuperam-no mal para uma biblioteca. Quando são prestadas contas às instituições que dão dinheiro é preciso apresentar os papéis e a OID teve os papéis todos e não podiam estar em duplicado, porque a obra era só uma. Onde estão o cento e tal mil euros dos papéis que não existiram? Foi o PS que desapareceu com o dinheiro para outras coisas na Câmara, entre outras coisas. O dinheiro entrou, mas não foi aplicado e a Rede Nacional de Bibliotecas não nos admite fazer uma candidatura aos seus fundos enquanto não pagarmos o cento e tal mil euros, ainda bem que o Sr. Vereador põe isto em cima da mesa, porque mais uma vez esclareço.

Quanto ao Terminal 7 o que o PS fez durante tantos e tantos anos em que o rio esteve tapado por fábricas, barracões de reparações navais, etc.? O que é que fizeram no parque de campismo? Tinham ali uma série de caravanas das pessoas que ficavam ali sempre, no inverno e no verão. Foi isto que fizeram da zona ribeirinha. O edifício continua ali provisoriamente até termos fundos comunitários para fazer a obra, que também tem projeto para se fazer a candidatura, porque sem projeto não se pode ir lá, e o mesmo veio a esta câmara muito antes dos cartazes. São o resultado do trabalho de arquitetos de Setúbal e de uma arquiteta que ganhou o concurso, e que por acaso também é setubalense embora não viva em Setúbal.



Em relação ao IMI já respondi. Em relação ao estádio municipal a intervenção feita é uma das maiores vergonhas! E ainda diz o Sr. Vereador que tem respeito por mim..., mas a partir de agora, escusa sequer de me dirigir a palavra, porque "este" Fernando José na sua melhor performance deve ser para garantir algum lugar na lista porque a sua esposa está lá, ou então é para a Câmara e para o PS. Devem estar lembrados de que no período em que o Vitória era governado pela equipa do presidente Carlos Costa este conseguia movimentar-se no sentido de arranjar condições para fazer o estádio. Quanto à comparticipação da Câmara aconteceu aquela vergonha que o PS fez em relação ao Vale da Rosa, e que está muito para esclarecer, numa altura em que penso que era presidente o Sr. Dr. Góis. O estádio seria feito com as taxas do empreendimento e o Município não as receberia. Devem estar esquecidos das sociedades que ali apareceram para tomar conta do estádio e de quem até tinha quotas nisso e sem evidenciar o seu nome. É bom que digam estas coisas que é para lembrarmos os setubalenses. Devem estar esquecidos de que foram eles que colocaram nesse protocolo que o estádio se faria com as taxas e que ali seriam feitas urbanizações para "os tais". Carlos Costa tinha condições para começar o estádio e para dar cumprimento para com algumas taxas fazê-lo. Lançou-se aquela primeira pedra e como representante da Câmara estive lá. Também me colocaram ao pescoço um cachecol do Vitória e com muito orgulho, porque sou sócia e sou a presidente da Câmara. Não sei como poderia ter vergonha, porque é ao contrário. Obrigado pelo que disse e para que fique registado em ata o que acabei de dizer. Em relação à Várzea pergunto o que fizeram em relação às cheias, é zero. Foram processos complicados, até de hidráulica e arquitetura que vieram apresentar à vereação na semana passada, mas o Sr. Vereador não compareceu. Foi apresentada a complexidade, concluiu-se e foi pago. Candidatou-se a fundos comunitários e recebemos finalmente, há cerca de dois meses, 85% de fundos para resolver o principal motivo e pelo qual aquilo se candidatou: para criar bacias de retenção para evitar as cheias na baixa. Estamos com o processo para adjudicação e o Sr. Vereador está tão aflito, está num desespero porque sabe que conseguimos fazer isto e muitas pessoas ali em redor perguntam como é que aquilo vai ficar. Por isso apareceu o *placard* e podíamos fazer um em relação às futuras instalações da Câmara, podíamos fazer um também em relação à praça de touros, mas não o fizemos. Todas essas coisas já passaram por aqui, mas não fizemos *show off*. Há também muitas dezenas de obras que não inaugurámos e que podíamos dizer aqui e colocar placards nas ruas.

Em relação ao plano de mobilidade de que as rotundas fazem parte, queria lembrar ao PS de que existe um plano de mobilidade. Como não têm programa eleitoral e uma das bandeiras é a mobilidade lembro que foi aprovado um plano de mobilidade que parece que nem sabem que já existe.

As vedações vergonhosas que estavam no Parque do Bonfim, na Pedra Furada e na Avenida da Europa fomos nós que as tirámos. Era assim que se decorava a cidade e os espaços públicos e aquilo que deveria ser para usufruto de todos, com vedações na Avenida da Europa para não se criar problemas e no Parque do Bonfim.

Ainda bem que falam do Conselho Municipal de Juventude, mas o Sr. Vereador não refere que de acordo com o que ele ou o seu partido preconizam, é um conselho só para alguns. Convém todos pagarem quotas e estarem inscritos na RNAS, salvo erro, senão não têm assento. Não queremos nada disso, criámos um fórum onde todos podem participar, instituições formais, ou não. Não podemos concordar com o PS senão estávamos todos no mesmo partido.

As outras questões já foram respondidas pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, sobre a Casa das 4 Cabeças. Quanto à questão da limpeza, levantada pelo Sr. Vereador Gilberto Rosado é só na freguesia do Sado, Azeitão e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Nas freguesias muito grandes uma parte é da Câmara e a outra é das freguesias. As partes mais centrais são da responsabilidade da Câmara e por razões financeiras, senão tínhamos de alocar muitas unidades funcionais de trabalho às freguesias, sendo que temos trabalhadores nossos para isso. Quando algo não está a correr bem o presidente da junta informa a Câmara e o contrário também se aplica, e fazemo-lo através do gabinete para as freguesias.



Em relação às questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Lopes sobre o acesso às praias o Sr. Vice-Presidente já respondeu. Estamos com graves problemas, especialmente na Figueirinha. Já pedimos e muito, mas aquilo ainda não foi passado para a Câmara, porque temos outras ideias para gerir aquela estrada. Já foi dado um passo importante na transferência das praias, temos uma praia há um mês e já fizemos imensa obra, no ano que vem ficará melhor, com certeza. Este ano foi feito o possível. O modo como as praias estavam a ser geridas é para esquecer do ponto de vista ambiental, e é melhor nem falar sequer disso, pois era gravíssimo. Agora já resolvemos algumas coisas e no próximo ano já vamos resolver o restante. Na Figueirinha mesmo aquilo não sendo nosso vamos tentar colocar ali algumas vedações no sentido de os carros não ficarem a atrapalhar a circulação dos autocarros.

Quanto ao Eco-Parque tínhamos previsto a abertura entre 1 e 10 de julho, mas neste momento estamos a apontar mais para o dia 10, pois algumas obras ainda precisam de ser finalizadas. Estamos a acabar as instalações dos bombeiros pois estavam numa sala muito pequena e também os balneários. No dia 1 entrarão os *bungalows* e é provável que não abra nesse dia. O restaurante/minimercado está em obras e vamos fazer um esforço porque só houve uma pessoa a concorrer e que fará as obras da parte de dentro enquanto nós faremos a parte exterior. O edifício era muito baixinho, não tinha quase pé-direito nenhum e a pessoa que ganhou aquilo parece ter qualidade, pelo menos o currículo da empresa vai nesse sentido. Estamos a fazer obras cá fora também por causa do pé-direito, mas é provável que esse restaurante não esteja aberto no dia 10. As caravanas que andam pelo concelho e que se centralizam no terreno em frente geram uma bela receita para o dono e não é tão pouco assim, mesmo sem ter condições sanitárias, água e eletricidade, etc. Não emite recibo às finanças, apenas passa um papel em como recebeu um quanto dinheiro e as pessoas apresentam-no à Câmara. Estamos preocupadíssimos porque as condições não chegam ao mínimo e qualquer dia temos ali um problema de saúde pública.

**Sr. Vereador Fernando José** – A Sra. Presidente passou dos limites daquilo que é possível em política. As questões que aqui coloquei são questões políticas e que têm a ver com o concelho, tendo eu, levantado enquanto vereador. Não são questões a nível pessoal e nunca entrei na vida pessoal da Sra. Presidente, nunca falei da sua família, do seu filho e relações ou profissionais. Portanto, pelo respeito que a Sra. Presidente me merece e pela consideração que tenho por si, não admito que em momento algum chame para aqui uma situação pessoal para tentar desviar atenções das questões que aqui levantei e que são pertinentes. São coisas que se verificaram ao longo da discussão e não faltei ao respeito a ninguém. Não lhe admito, nem a si nem a ninguém, que tragam à reunião uma questão pessoal, o facto de a minha esposa ser candidata a uma junta de freguesia.

Gostaria que a Sra. Presidente me respondesse porque é que aqui há umas reuniões atrás levantou uma questão em relação a um senhor idoso que estava com uma muleta no público e que a Sra. Presidente começou a gritar com o senhor dizendo que estava a gravar a reunião e hoje aqui, quando a reunião foi gravada nada disse.

**Sra. Presidente** – Se o Sr. Vereador viu devia denunciar quem gravou, mas quem costuma gravar é a JS quando vão às nossas sessões públicas de apresentação. Aqui não sei se alguém está a gravar, mas o outro senhor pareceu-me que estava a fazê-lo e depois pedi-lhe desculpa, mas o Sr. Vereador esqueceu-se de dizer isso pois é coisa que não sabe fazer.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Leu o seguinte voto de pesar “Vítimas dos incêndios de Pedrogão Grande”, que se transcreve na íntegra, ficando o mesmo em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

*“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente a perda de vidas humanas no horrendo incêndio que lavrou, no passado sábado, no concelho de Pedrogão Grande e noutros concelhos vizinhos.*”





*O nosso pesar assume as exatas proporções da tragédia humana que se abateu sobre as populações desta zona, onde, com ferocidade invulgar, o fogo devorou vidas e bens.*

*O tempo, agora, é de condolências e, pese embora o pouco peso que tal possa ter para quem sofre, de palavras de conforto aos que perderam familiares, casas, empresas; aos que perderam, em muitos casos, o resultado de longa e árdua vida de trabalho.*

*Imperioso é, também, saudar os milhares de bombeiros e bombeiras que, com enorme sacrifício e colocando em risco a própria vida, combatem estes incêndios, dando o melhor de si para proteger os outros. Esta é uma saudação amarga, pois nela se inclui também o peso do lamento pela morte de um soldado da paz tombado neste infernal combate.*

*Apagadas as labaredas, rescaldado os incêndios, terá, obrigatoriamente, de começar o tempo de apuramento de responsabilidades, de mudança de velhos paradigmas de gestão e planeamento do território; terá de começar o tempo de tudo fazer para entender o que fizemos mal e, sabendo o que fizemos mal, entender por que não o corrigimos.*

*Esse será outro tempo, porque agora temos de lamentar a morte de tantas pessoas neste trágico dia 17 de junho, que ficará na nossa história como um dos mais tristes dias que todos vivemos.*

*À Câmara Municipal de Pedrógão Grande e a todas as autarquias afetadas por este desastre, a Câmara Municipal de Setúbal envia sentidas condolências e manifesta total disponibilidade para ajudar no que estiver ao seu alcance.”*

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Tomei a liberdade de contactar o chefe de gabinete da Sra. Presidente e o Sr. Vereador Luís Rodrigues no sentido de que este voto de pesar fosse de todos os partidos aqui com assento, porque realmente isto provou que quando se diz que vivemos numa sociedade com menos princípios e ética, este cenário terrível que se abateu sobre Portugal provou realmente que os portugueses sabem ser solidários por todas as movimentações que houve. Uns mais organizados que outros, mas todos queriam ajudar e contribuir. Essa é a prova que nós, enquanto nação e país, enquanto comunidade, isto está bastante vivo e presente. Até depois da discussão que aqui tivemos e que não foi premeditada viu-se que é possível todos os partidos estarem unidos neste voto e naquilo que interessa, no tempo próprio, vemos o que é possível discutir e melhorar. Estendo a todos os que perderam os seus familiares, e vi relatos muito emocionados de quem perdeu os filhos, que acho que não há coisa pior, toda a nossa solidariedade e apoio naquilo que o País e os municípios possam dar.

**Sra. Presidente** – Tal como disse o Sr. Vereador Paulo Lopes, este é um voto de pesar de todos, da CDU, do PS e do PSD/CDS. Recebemos de muitas Baías as condolências pela tragédia ocorrida em Pedrogão Grande, e também da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Pau, uma cidade geminada com Setúbal. A Câmara Municipal de Setúbal enviou logo no dia 18 as sentidas condolências, quer ao Sr. Presidente da Câmara de Pedrogão Grande, quer a todas famílias enlutadas por esta grande tragédia.

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Nesta altura foi feito um minuto de silêncio.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Leu a seguinte moção “Declaração da Assembleia de Moradores do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, que se transcreve na íntegra, ficando a mesmo em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

*“A 22 de fevereiro de 2012 foi aprovada em Reunião desta Câmara o documento orientador do Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente, designado “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, que definiu a estratégia municipal promovida junto dos moradores deste território, com impactos positivos incontornáveis.*

*Cinco anos depois, a 7 de maio de 2017 os moradores da Bela Vista e Zona Envolverte reunidos em Assembleia, afirmaram o seu empenho e compromisso com a continuidade do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, por mais cinco anos, dando corpo à visão de que este Programa necessita de uma década para estabelecer uma prática e atingir os seus objetivos centrais.*

*Em Assembleia, os moradores avaliaram coletivamente o trabalho realizado a partir da sua participação em decisões relativas a problemas e soluções por si identificados, bem como da sua capacidade de ação concreta, apoiados pela Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Sebastião.*

*Nesta Assembleia, os moradores apresentaram, debateram e votaram, por unanimidade, uma Declaração que inclui princípios, compromissos, metas, bem como a definição de projetos e ações a continuar e preocupações a ter. Estes itens recolhidos e validados em reuniões de moradores preparatórias realizadas bairro a bairro, nas quais participaram mais de 200 moradores, num processo conduzido por uma Comissão eleita democraticamente, são evidências da profundidade da reflexão do processo de participação do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”.*

*Considerando que as características desta Declaração traduzem e constituem um desenvolvimento das ideias-força do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, designadamente a afirmação que este é um Programa territorial, com a duração de uma década, cuja participação exige o exercício de poder coletivo e democrático por parte dos moradores, incluindo todas as gerações e grupos;*

*Considerando que os moradores com base na experiência obtida e no enriquecimento que esta proporcionou, definiram as linhas que enquadram a ação a realizar pelos próprios e estabeleceram princípios e compromissos intrinsecamente relacionados com a sua participação e organização;*

*Considerando que a Declaração será a base de trabalho futuro para o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, na qual se enuncia a vontade dos moradores,*

*A Câmara Municipal de Setúbal delibera:*

- 1. Manifestar o apoio à referida Declaração da Assembleia dos Moradores do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”;*
- 2. Apoiar os moradores na concretização dos princípios, compromissos, metas, bem como nos projetos e ações a continuar e na análise das preocupações a ter em conta, referidos na Declaração da Assembleia dos Moradores do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”;*
- 3. Associar a Declaração da Assembleia dos Moradores do Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” ao Documento Orientador deste Programa, porque são confirmadas e afirmadas as características fundamentais definidas para a estratégia municipal de participação, organização e qualificação da vida dos Moradores dos Bairros da Bela Vista e Zona Envolverte;*
- 4. Enviar o presente documento, para conhecimento, à Assembleia Municipal e Junta de Freguesia de São Sebastião.”*

Em anexo está um texto da declaração aprovada na Assembleia de Moradores e a assinatura dos moradores presentes nessa assembleia bem como o documento orientador que foi aprovado em 2012.

Junto está também a questão de esta assembleia ter constituído uma força muito serena, reflexiva e determinada dos moradores em serem eles próprios, com a nossa ajuda, e da assembleia de freguesia e de outros parceiros que, entretanto, se têm associado, para tomarem nas suas mãos a condução das suas vidas. Isso é uma grande afirmação de autonomia e de força coletiva. Para nós é absolutamente relevante tendo em conta a natureza participativa e democrática da gestão que temos implementado no concelho, aqui há uma expressão concreta, prática e com resultados. Esta moção é trazida, porque considerámos muito importante que a Câmara conhecesse esta declaração e sobre ela tomasse uma posição. Depois, porque a declaração é um desenvolvimento do pensamento do documento orientador, entendemos que podia ser apensado ao documento como instrumento de desenvolvimento do trabalho durante os próximos 5 anos.

4

**Sr. Vereador Fernando José** – Fiquei com uma dúvida, mas certamente não terei percebido. Foi realizada uma assembleia de moradores no dia 7 de maio e todos eles estiveram presentes e votaram, foi isso?

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Foi votada por unanimidade e todos assinaram no fim.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Falar sobre a moção, mas tem a ver com uma coisa que vem a seguir, tem a ver com as prestações de serviços e exatamente porque tem a ver com este processo, designadamente a prestação de serviços de acompanhamento técnico ao programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, pelo período de seis meses, o que dá 5 mil euros por mês. Não sei em que altura devo perguntar isto. Vou votar favoravelmente a moção, mas pergunto o que é isto.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – São dois consultores que estão no terreno com a nossa equipa a acompanhar e a coordenar todo esse processo que é muito complexo e que não é tecnicamente fácil de conduzir, e como é feito com os nossos técnicos em acumulação de serviço com o que já fazem, a coordenação é feita através destes dois consultores.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e em minuta.

**Sra. Presidente** – Tenho a informação de que Setúbal foi elogiada na imprensa espanhola, na conceituada revista “Ronda” e que a companhia de aviação espanhola Iberia na sua edição deste mês refere-se a Setúbal como um destino da moda. Praias, Serra da Arrábida e Moinho de Maré da Mourisca são os locais de eleição que a publicação com quase 2 milhões de audiência média mensal escolhe para destacar Setúbal. Tem mais de 200 mil exemplares de tiragem e 800 mil leitores. O jornal catalão “La Vanguardia” concluiu na edição especial de férias que não é exagerado dizer que Setúbal é uma região única no mundo e que *“o canto mais azul de Portugal é o lugar ideal para umas férias inesquecíveis”*. A revista Aire Libre qualifica Setúbal como uma ilha mágica de Portugal e como um município moderno cheio de tesouros por descobrir pelos visitantes. A “Hola!” editou esta semana a revista especial “Hola! Viagens”, internacional, com o título “40 Escapadas Desconhecidas”, um trabalho jornalístico em que Setúbal é um dos locais eleitos, em particular por esconder tesouros naturais únicos e a reportagem relembra que foi junto das águas de cor esmeralda, junto do Palácio da Comenda, que Jaqueline Kennedy se refugiou durante semanas após o assassinato do seu marido, o presidente americano John Kennedy, ocorrido em 1962. A “Hola! Viagens”, já tinha publicado em maio uma edição especial com uma tiragem de 600 mil exemplares com um roteiro em Portugal e com sugestões para passeios em família que destaca Setúbal, Sintra, Algarve, Viana do Castelo, Porto e Açores. A estratégia internacional da promoção da região tem sido assumida nos últimos 4 anos pelo município, através do Gabinete de Turismo e do Serviço Municipal de Comunicação e Imagem, estratégia que no caso da promoção feita em Espanha envolve o contacto com os jornalistas e o convite para conhecerem e divulgarem Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando José** – Agradeço a informação que a Sra. Presidente nos acabou de dar, obviamente que ficamos satisfeitos com essa notícia.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

4

### Índice

- A) *Período de Antes da Ordem do Dia*
1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).*
  2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.*
- B) *Período da Ordem do Dia*
1. *Deliberação n.º 216/17 – Proposta n.º 52/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 36 meses.*
  2. *Deliberação n.º 217/17 – Proposta n.º 53/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Revisão ao Orçamento.*
  3. *Deliberação n.º 218/17 – Proposta n.º 54/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de comodato e de colaboração, a celebrar entre o Município de Setúbal e a APPACDM de Setúbal.*
  4. *Deliberação n.º 219/17 – Proposta n.º 55/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para arrendamento para fins não habitacionais de imóvel, sito na Av. General Daniel de Sousa, n.º 5A, da União das Freguesias de Setúbal, no concelho de Setúbal.*
  5. *Deliberação n.º 220/17 – Proposta n.º 56/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para alienação de um edifício, sito na Rua Francisco José Mota, n.ºs 54 e 56, da Freguesia de São Sebastião, no concelho de Setúbal.*
  6. *Deliberação n.º 221/17 – Proposta n.º 57/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso público para o direito de ocupação de espaço para instalação, manutenção e exploração de máquinas de venda de bebidas e produtos alimentares em edifícios municipais.*
  7. *Deliberação n.º 222/17 – Proposta n.º 13/2017 – DURB/DITA – Pedido de isenção do pagamento da taxa de reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TRIU) inerentes à construção de edifício para igreja - Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias - Avenida dos Ciprestes, Quinta da Azedinha - União de Freguesias de Setúbal.*
  8. *Deliberação n.º 223/17 – Proposta n.º 14/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Sinalização de “Sentido Proibido”, na Azinhaga de Nova Sintra, troço compreendido entre a interseção com a Rua dos Bombeiros e o número 34, de polícia daquela via, na freguesia de São Sebastião.*
  9. *Deliberação n.º 224/17 – Proposta n.º 15/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Sinalização de “Sentido Proibido”, na zona de estacionamento existente na Rua Morgado de Setúbal, localizada no troço entre as Ruas das Areias e Camilo Castelo Branco, na freguesia de São Sebastião.*
  10. *Deliberação n.º 225/17 – Proposta n.º 16/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Sinalização de “Sentido Proibido”, e “Paragem Obrigatória” na Estrada de Santo Ovídio, na freguesia do Sado.*
  11. *Deliberação n.º 226/17 – Proposta n.º 17/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Estudo de sinalização para a Rua Manuel Gonçalves Branco, na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.*
  12. *Deliberação n.º 227/17 – Proposta n.º 18/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Reconhecimento de relevante interesse público municipal do “Projeto PRANA” – Parque de campismo, Quinta de St.º António do Galvão - Tejo Brinde-Comércio de Brindes Promocionais, Lda. - Estrada das Machadas de Cima – União das Freguesias de Setúbal.*
  13. *Deliberação n.º 228/17 – Proposta n.º 02/2017 – SMPCB – Criação da Plataforma de Setúbal – Protocolo de Colaboração.*
  14. *Deliberação n.º 229/17 – Proposta n.º 17/2017 – DOM – Empreitada “Obras de Prevenção de Cheias – Regularização do troço final da Ribeira do Livramento” – Concurso público – Adjudicação.*
  15. *Deliberação n.º 230/17 – Proposta n.º 96/2017 – DCED/SMBM – Doação de artefactos ao Município.*
  16. *Deliberação n.º 231/17 – Proposta n.º 97/2017 – DCED/SMBM – Doação de documentos bibliográficos impressos para a Biblioteca Pública Municipal de Setúbal e Polos, feita pela Sra. Dra. Fátima Ribeiro de Medeiros.*



17. *Deliberação n.º 232/17 – Proposta n.º 98/2017 – DCED/SMBM – Doação de uma obra de arte ao Município.*
  18. *Deliberação n.º 233/17 – Proposta n.º 99/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia.*
  19. *Deliberação n.º 234/17 – Proposta n.º 100/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube.*
  20. *Deliberação n.º 235/17 – Proposta n.º 101/2017 – DCED/DICUL – Protocolos de Colaboração com as Associações Culturais do concelho para a realização de programas artísticos por Bandas Filarmónicas e Grupos Corais.*
  21. *Deliberação n.º 236/17 – Proposta n.º 102/2017 – DCED/DISOC – Ateliês de Verão 2017 – Apoios financeiros.*
  22. *Deliberação n.º 237/17 – Proposta n.º 103/2017 – DCED/DISOC – Renovação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO.*
  23. *Deliberação n.º 238/17 – Proposta n.º 104/2017 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” - Apoio financeiro no período de julho a dezembro de 2017.*
- C) *Período Destinado à Intervenção do Público.*

1. **Deliberação n.º 216/17 – Proposta n.º 52/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 36 meses**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 a 17 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

2. **Deliberação n.º 217/17 – Proposta n.º 53/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Revisão ao Orçamento**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

3. **Deliberação n.º 218/17 – Proposta n.º 54/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Contrato de comodato e de colaboração, a celebrar entre o Município de Setúbal e a APPACDM de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 219/17 – Proposta n.º 55/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para arrendamento para fins não habitacionais de imóvel, sito na Av. General Daniel de Sousa, n.º 5A, da União das Freguesias de Setúbal, no concelho de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 220/17 – Proposta n.º 56/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para alienação de um edifício, sito na Rua Francisco José Mota, n.ºs 54 e 56, da Freguesia de São Sebastião, no concelho de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 a 34.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Sobre esta proposta vamos votar favoravelmente, mas há algumas questões. Primeiro a proposta não veio com a avaliação da comissão. Não tenho em meu poder um parecer, pelo menos, o que dá a ideia de que a avaliação foi pelo valor patrimonial e que é de cerca de 65 mil euros. Acho que é obrigatório na proposta vir a ficha da avaliação. Passei pelo local hoje de manhã, porque confesso que não estava a ver qual era o edifício e este está em obras, há um andaime montado e devem ter estado a mexer no telhado. Parti do pressuposto que havia um risco que levou a autarquia a proceder à demolição. Pergunto se o valor é este e se não devia ser acrescido o que a Câmara ali gastou na demolição. Tudo isto gira em redor da ficha de avaliação do imóvel.

Tenho também uma pergunta para o Sr. Vereador Carlos Rabaçal. Estive a pesquisar no portal base do ajuste direto e pedia que me mandasse isto. Não é importante para a aprovação da proposta, mas queria o despacho que deu origem àquela intervenção.

**Sra. Presidente** – Estive a falar com o Sr. Dr. Paulo Hortênsio que disse que certa vez veio uma ficha e não estava em condições. Foi pedida uma ficha novamente à Comissão de Avaliação que promete juntá-la ao processo e depois mandamo-la para os Srs. Vereadores.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Só queria lembrar que já é a terceira vez em que não vem a ficha e dizem que é para depois se juntar ao processo. Da última vez foi o Sr. Vereador Luís Rodrigues, que é muito minucioso, a pedir isto e como é óbvio não deixa de ter razão.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 221/17 – Proposta n.º 57/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso público para o direito de ocupação de espaço para instalação, manutenção e exploração de máquinas de venda de bebidas e produtos alimentares em edifícios municipais**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 222/17 – Proposta n.º 13/2017 – DURB/DITA – Pedido de isenção do pagamento da taxa de reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TRIU) inerentes à construção de edifício para igreja – Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – Avenida dos Ciprestes, Quinta da Azedinha – União de Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 223/17 – Proposta n.º 14/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Sinalização de “Sentido Proibido”, na Azinhaga de Nova Sintra, troço compreendido entre a interseção com a Rua dos Bombeiros e o número 34, de polícia daquela via, na freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 224/17 – Proposta n.º 15/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Sinalização de “Sentido Proibido”, na zona de estacionamento existente na Rua Morgado de Setúbal, localizada no troço entre as Ruas das Areias e Camilo Castelo Branco, na freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 225/17 – Proposta n.º 16/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Sinalização de “Sentido Proibido”, e “Paragem Obrigatória” na Estrada de Santo Ovídio, na freguesia do Sado**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 226/17 – Proposta n.º 17/2017 – DURB/DIPU/GAMOT – Estudo de sinalização para a Rua Manuel Gonçalves Branco, na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

**12. Deliberação n.º 227/17 – Proposta n.º 18/2017 – DURB/DIPU/GAPU – Reconhecimento de relevante interesse público municipal do “Projeto PRANA” – Parque de campismo, Quinta de St.º António do Galvão – Tejo Brinde-Comércio de Brindes Promocionais, Lda. – Estrada das Machadas de Cima – União das Freguesias de Setúbal**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 a 55.

**Sr. Vice-Presidente** – Trata-se de dar cumprimento a um compromisso que a Câmara assumiu com os proprietários das quintas de Setúbal e Azeitão. Como estarão lembrados os Srs. Vereadores é um processo bastante delicado, mas num conjunto de reuniões que tem havido com as entidades competentes nesta matéria chegámos a um entendimento de que seria possível viabilizar investimentos nestas quintas, numa região bem definida entre Setúbal e Azeitão e cujas quintas estão bem identificadas em processo. Concluiu-se um acordo entre as partes que têm de intervir neste processo e porque se trata em grande parte de terrenos da REN e da RAN, de que perante projetos concretos dos proprietários poderiam ser avaliadas as condições e criar a excecionalidade neste quadro para que possam ser viabilizados esses projetos. Houve várias reuniões com proprietários das quintas e depois seguiram-se estas reuniões com as entidades competentes, houve este entendimento e transmitiu-se aos proprietários, por escrito, que antes mesmo de concluído o processo de revisão do PDM que esses proprietários, apresentando projetos de investimento concreto para as suas quintas, poderiam vir a ser avaliados no sentido de o poder viabilizar naquele objetivo. Como bem sabemos muitas destas quintas estão ao abandono, muitas delas são de património extremamente importante no concelho e na região e a única forma de garantir a salvaguarda disto era encontrar formas de investimento de onde pudesse resultar um retorno dirigido à sua recuperação.

É neste quadro que todas estas negociações se desenvolveram e foi transmitido aos proprietários das quintas que mediante a apresentação de projetos concretos, podiam ser analisados neste quadro. Como já disse, todos os proprietários das quintas, devidamente identificados foram contactados. Apenas dois apresentaram projetos concretos, a Quinta dos Arcos em Azeitão e uma quinta em Setúbal. O que está mais adiantado é este. Como está referido na Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, face à avaliação do projeto e à situação em concreto da classificação dos solos e à regulamentação do PDM em vigor considerou-se que a melhor forma de dar andamento a este projeto era de facto recorrendo a esta figura, uma declaração por parte da Assembleia Municipal da declaração de interesse municipal deste investimento. É para isso que aqui vem a proposta, para que a Assembleia também o venha a aprovar, continuando-se este projeto.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – É evidente que o votarei favoravelmente a proposta, mas vamos chegar ao final do mandato, como diz o Sr. Vice-Presidente, e há incapacidade dos poderes públicos para levarmos de vencida a aprovação e publicação da revisão do PDM. Isso entristece-me e preocupa-me. Não estou a atribuir responsabilidades a este ou àquele, mas é indecente que um município como este que tenha de “andar aos bochechos” para tratar destes assuntos.

**Sr. Vice-Presidente** – Creio que todos lamentamos o atraso e arrastamento deste processo de ainda não ter chegado ao fim a revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal. É uma história longa, complexa, e já tive oportunidade de trazer aqui há uns 6 ou 8 meses um relatório detalhado com todos os passos e dificuldades que há. No fundamental trata-se de ao longo dos últimos 6 ou 7 anos, sucessivamente vir a ser alterado por causa das contínuas alterações à legislação. Já expliquei várias vezes também que em 2009, através da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, foi lançado um processo de alteração ao PROP – Plano Regional de Ordenamento do Território, quando estava em revisão o nosso plano. Foi um processo que é



4

importante realçar, porque a CCDR contratou nos vários domínios gabinetes especializados para tratar das várias temáticas. Os nossos técnicos participaram nessas reuniões com as várias equipas, tal como fizeram todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa. O projeto de alteração foi aprovado na Junta Metropolitana em 2011 e o governo que se seguiu meteu esse projeto “na gaveta”. Portanto foram mais 2 anos em que o nosso projeto ficou praticamente parado, independentemente de eu e os técnicos termos participado naquelas reuniões, o que foi extremamente importante tendo em conta a qualidade técnica das equipas contratadas nas várias temáticas. Há outros exemplos, foi publicada nova legislação nomeadamente no Plano Nacional de Ordenamento do Território, planos na área do turismo e também na RAN e a REN. Neste momento estamos a concluir um trabalho de acordo com orientações da CCDR relativamente à elaboração de uma proposta da RAN. Esperamos que dentro de dois ou três meses que esteja em condições de essa proposta venha a ser viabilizada e tem havido um bom acompanhamento por parte da CCDR e da comissão da REN. Esperamos que nesta altura haja condições para que o PDM de Setúbal seja aprovado. Na Área Metropolitana apenas cinco PDM's estão averbados, tal é a situação em que se encontram os instrumentos fundamentais de planeamento municipais e que resultam fundamentalmente deste interregno de cerca de dois anos a meio; um trabalho que depois não teve consequências; e de um plano regional de ordenamento do território que não foi alterado nem revisto e nem se sabe quando será. Entretanto, como também sabem, houve legislação que determinou que os licenciamentos e a regulamentação que tem a ver com isso, sobre os planos especiais e tal como são as áreas protegidas e o POPNA relativamente ao Parque Natural da Arrábida e da RNES. Também, por vários processos de negociações, que tem havido com as entidades responsáveis, tem estado a ser identificado um conjunto de regulamentos e normas que vão integrar a Revisão do PDM de Setúbal, tal como acontecerá noutros municípios também e que resulta de nova legislação que foi criada. As áreas protegidas passam apenas a ter competência na conservação da natureza e todos os aspetos que têm a ver com o licenciamento passam para a responsabilidade das câmaras municipais. É uma questão que não tem sido fácil, como todos sabemos, é até uma questão bastante polémica, mas há uma determinação legal e os técnicos têm estado a trabalhar nisso. Estes são alguns aspetos que dão para entender das dificuldades que existem, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa, para resolver estes problemas do PDM. Queria, no entanto, salientar que os Srs. Vereadores poderão consultar todos os processos, como é natural, e têm contactos com várias entidades particulares e certamente concluirão que nenhum projeto de investimento proposto para o Município foi rejeitado ou impedido de avançar por falta de revisão do PDM. Conseguimos encontrar nas leis em vigor formas de ultrapassar algumas dificuldades que poderiam existir. Portanto, através dos estudos urbanísticos, que uns concordam e outros não, como é natural, e isto tem sido através do diálogo que tem havido com as entidades competentes como no caso das quintas, ou por outras formas. Em último caso recorrendo aos planos de pormenor e de momento estão três a decorrer. Já houve um que viabilizou as obras do Alegre e houve um que viabilizou parte das obras em Monte Belo Norte. Foram os investidores que assumiram os custos das equipas técnicas e o Município depois acompanhou. Esses estudos urbanísticos foram aprovados na Câmara e estão hoje em condições de poder vir a integrar a Revisão do PDM, como foi deliberado. Aqueles que por decisão dos próprios investidores que não se considerou que esta era a via mais adequada decidiu-se avançar para aos planos de pormenor. Estão a decorrer ao ritmo de quem paga as equipas técnicas para que sejam realizados e os outros investimentos nas negociações com os investidores têm sido resolvidos. Podemos dizer que apesar desta grande dificuldade de não termos um PDM atualizado isso não impediu que os investimentos, e numa fase que não é muito boa para isso, investissem. Mesmo assim há um conjunto significativo de investidores que apostaram no concelho e esses seus projetos estão viabilizados e em condições para ir no próximo ano para a discussão pública do PDM e poderem ser aprovados. No próximo ano está previsto iniciar-se os investimentos de acordo com as capacidades e a viabilidade que a Revisão do PDM lhes vai dar. Também foram viabilizadas alterações ao PDM para investimentos, recorde-me de algumas empresas em



que os órgãos municipais também reconheceram a importância da manutenção e da atividade económica que era desenvolvida e que também no diálogo com as entidades competentes se veio a fazer as alterações ao PDM. De uma maneira geral conseguimos corresponder àquilo que era e são as expectativas dos investidores, isto é importante porque poderia acontecer que alguns investimentos não tivessem sido viabilizados por falta de revisão do PDM, mas não é assim que tem acontecido.

Não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 228/17 – Proposta n.º 02/2017 – SMPCB – Criação da Plataforma de Setúbal – Protocolo de Colaboração**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 229/17 – Proposta n.º 17/2017 – DOM – Empreitada “Obras de Prevenção de Cheias – Regularização do troço final da Ribeira do Livramento” – Concurso público – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 62.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – As questões levantadas pelo concorrente classificado em 2.º lugar são técnicas, mas essencialmente de natureza jurídica. Aqui não está, mas nós temos de nos pronunciar sobre documentos técnicos de apoio. Qualquer um de nós estaria muito mais confortável se além do que aqui está, que é legítimo pois é feito por engenheiros e pela comissão, mas deveria estar na base desta decisão um parecer jurídico. Pergunto se existe isto e se a proposta foi feita com base nalgum parecer destes, ou não. Fui ver se nos membros do júri algum era jurista e não havia. Não é obrigatório, mas era importante que um jurista se pronunciasse sobre estas matérias até porque há aqui um caso em que se passa demasiadamente ao de leve e não me parece que seja tão simples quanto isso. A questão de o cronograma ter o ano de 2001 e 2002 supostamente foi por erro, mas não sei a que anos se referem estes anos, se é 2020 e 2021 ou outra coisa qualquer. Aprovei a abertura deste concurso, sendo isto fundamental, mas seria melhor para todos haver um parecer jurídico. É um alerta que faço.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Obviamente que as questões levantadas pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues são muito pertinentes. A minha questão é um pouco mais além e no sentido de que no relatório final diz no início da segunda página que: *“No n.º 8 surge o tal documento em separado contendo o mapa de erros e omissões aceites e a forma do seu suprimento, mas “para efeitos meramente consultivos em sede de execução do contrato, como refere a própria disposição”*. Isto é o que está escrito no procedimento e se é assim, para efeitos meramente consultivos isto dá-me alguma segurança, mas se tivéssemos um parecer jurídico votaríamos de forma muito mais confortável.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – O júri do procedimento tem sempre um apoio jurídico. Temos um consultor que acompanha todas as nossas operações concursais, mas não tem rosto obrigatório aqui no documento, habitualmente não temos um parecer jurídico a cobrir as decisões do júri, nunca o fizemos e nem vemos necessidade disso. Queremos é que o júri

decida bem e apoiado. Até hoje nunca perdemos uma única contestação em Tribunal e procuramos, por vezes com algumas dúvidas sobre uma ou outra matéria, sempre ir consistentemente para as decisões que tomamos. Mesmo em situações em que fomos com alguma dúvida, o Tribunal de Contas sempre nos validou as nossas situações. Isto é um facto objetivo, o que nos dá conforto também. Eu não vejo vantagens e o júri não viu a necessidade, do ponto de vista da sua decisão. Há mecanismos para verificar isso, se a entidade que contestou e isso não foi aceite que prossiga com a contestação e logo se vê. Damos peso à decisão juridicamente apoiada do júri, tem sido assim.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Só quero frisar que em várias situações e em municípios pelo País fora estas matérias, nomeadamente na região de Setúbal, quando foram contestadas e prosseguiram outros caminhos, e porque a lei mudou, todos os vereadores são responsáveis pelas coisas e por isso estarmos a decidir uma questão jurídica sem ter cá o nome do jurista não é bom. Tem de haver este parecer técnico jurídico. Por isso sugiro que nos próximos júris um dos membros deve ser sempre um jurista, ganhava a equipa e todo o executivo ficava muito mais confortável. Por isso vou-me abster, não vou contestar propriamente, mas é importante o parecer.

**Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes** – De certo modo compreendo a intervenção cautelosa do Sr. Vereador Luís Rodrigues de que a questão se coloca a qualquer vereador, mas é certo que temos de tomar decisões e assumir responsabilidades na base da confiança técnico-jurídica dos nossos serviços, porque os membros do júri são membros da administração pública local. Como dirigentes têm de ter um conjunto de conhecimentos que os habilita a tomar as decisões que põem à administração pública. Obviamente que o essencial é o que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse, que também têm de estar fundamentados numa avaliação jurídica que os serviços têm. Isto não salvaguarda nem os membros do júri nem os membros do executivo que tomam deliberação sobre essa informação, com o facto de haver um parecer jurídico por trás. É certo que por cada parecer jurídico que apareça é possível aparecer dois ou três em sentidos diversos. A mesma lógica levar-nos-ia a uma situação em que podíamos desvalorizar os protestos ou a contestação que os concorrentes fazem por não virem apresentar um parecer jurídico, mas é claro que eles têm uma avaliação jurídica por detrás. Ou seja, o parecer jurídico não nos ajuda a ficar mais descansados, é o que concluo, sendo certo que a confiança que temos de depositar nos técnicos que compõem o júri incluem a sua capacidade técnica, mas também as competências como dirigentes e que incluem uma certa componente jurídica, sendo garantido que está sustentada no apoio jurídico interno dos serviços. Juntar um parecer parece-me que não nos adianta nada em termos da responsabilidade da decisão. Podemos até ter vários pareceres, mas se um Tribunal Administrativo vier a considerar que a decisão não foi legal de nada nos servem os pareceres. O que me parece fundamental é que haja fundamentação jurídica interna. Torna-se mesmo evidente, da própria fundamentação da proposta e que está sustentada, porque aquilo não é feito por um engenheiro, mas por um jurista. Esta é minha leitura e penso que estamos bem sustentados.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Não está em causa a competência técnica do júri, longe disso.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – A decisão é do vereador, mas é fundamentada no júri e o que conta é a decisão do júri para esse efeito. É assim que funciona senão andamos aqui a discutir o parecer jurídico e não dá. O que interessa é que juridicamente o júri esteja devidamente apoiado. Temos a convicção que sim e até agora temos conseguido enfrentar todas as dificuldades que nos têm aparecido. O que tínhamos antes e agora é excelente e nesse ponto de vista o código não prevê a introdução de pareceres jurídicos. Estes têm a ver com litigação futura, mas isso é outra coisa e se a houver lá vamos.

**Sr. Vereador Fernando José** – Não tem a ver só com a litigação, tem a ver também com o apoio à decisão.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

**15. Deliberação n.º 230/17 – Proposta n.º 96/2017 – DCED/SMBM – Doação de artefactos ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 231/17 – Proposta n.º 97/2017 – DCED/SMBM – Doação de documentos bibliográficos impressos para a Biblioteca Pública Municipal de Setúbal e Polos, feita pela Sra. Dra. Fátima Ribeiro de Medeiros**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 232/17 – Proposta n.º 98/2017 – DCED/SMBM – Doação de uma obra de arte ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 233/17 – Proposta n.º 99/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Troia**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 234/17 – Proposta n.º 100/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao São Domingos Futebol Clube**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. **Deliberação n.º 235/17 – Proposta n.º 101/2017 – DCED/DICUL – Protocolos de Colaboração com as Associações Culturais do concelho para a realização de programas artísticos por Bandas Filarmónicas e Grupos Corais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 a 81, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. **Deliberação n.º 236/17 – Proposta n.º 102/2017 – DCED/DISOC – Ateliês de Verão 2017 – Apoios financeiros**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 82, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. **Deliberação n.º 237/17 – Proposta n.º 103/2017 – DCED/DISOC – Renovação do Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 83 e 84, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

23. **Deliberação n.º 238/17 – Proposta n.º 104/2017 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de julho a dezembro de 2017**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 85 a 87.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – O Sr. Vereador Pedro Pina deve estar recordado que me entregou este relatório que aqui tenho em janeiro deste ano protocolado, que, como é evidente, tem de ser entregue com as atividades e as contas. Não vou aprovar hoje e vou votar contra, porque deveríamos ter já na nossa posse o relatório e as contas de abril de 2017, tal como diz no relatório entregue em janeiro. Apresentaram-me o outro já atrasado e como já alertei várias vezes e de forma pedagógica. Espero que “A Onda” continue a fazer um bom trabalho, mas isto não me permite aprovar, e quando apresentarem isto a horas a situação poderá ser regularizada.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Espero ainda entregar em tempo útil ao Sr. Vereador o respetivo relatório pessoalmente e antes de acabar o mandato.

Não tendo havido mais discussão, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.



### **B) Período destinado à intervenção do público**

**Sr. Fernando Cruz** – Sou presidente da Associação Setúbal Academy, uma associação juvenil de Setúbal e representamos os jovens, tanto na Bela Vista como noutros sítios. Trabalhámos no “Nosso Bairro, Nossa Cidade” em 2016, com a Câmara, e estamos aqui a defender os nossos direitos pois ao longo do tempo viemos a perder apoios da Câmara. Temos vindo a fazer várias atividades entre as quais basquetebol feminino que ainda não havia cá, na Bela Vista, e não nos cederam um pavilhão para práticas não profissionais com as atletas. Na Casa da Cultura e de acordo com os estatutos as associações que vão lá praticar alguma modalidade e se não for paga podemos utilizar o espaço, mas a nós isto tem sido negado. Fomos expulsos dali porque estávamos a ter aulas com três estudantes e uma professora para que outra escola se instalasse ali embora tenha mais poder local do que o nosso. Queria saber porque isto acontece com a nossa associação que é juvenil e apatidária e devíamos ter acesso a mais coisas do que temos. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude e os seus estatutos temos direitos que não nos são dados, designadamente porque precisamos de espaços para a nossa atividade, respostas e soluções.

**Augusto Cruz** – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 87.

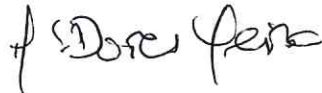
**Sra. Presidente** – Quanto às questões do Sr. Fernando há aqui qualquer coisa que não faz sentido. Não se faz uma associação a pensar que obrigatoriamente a Câmara tem de dar dinheiro ou casa, ou as duas coisas. Quando se faz uma associação, seja formal ou informal têm de ver como é vão trabalhar com essa associação. Temos muitas associações formais e informais que levaram muitos anos para ter uma sede, não é obrigação da Câmara dar sede a quem quer que seja. Não sei onde viu isso escrito. Se fez uma associação com o pressuposto que tem de ter uma casa da Câmara acontece que não lha vamos dar. Temos uma série de pessoas em lista de espera e há instituições que esperam há anos e vão funcionando pelos seus próprios meios. Alguns reúnem-se nas casas uns dos outros, outros noutras coletividades que lhes cedem os espaços, ou em escolas, etc. Daqui a uns anos e se tivermos espaço, e se se justificar a atividade dessa instituição cedemos um espaço, embora não tenhamos essa obrigação. O Sr. Fernando se calhar não chega a um ano com a associação, o que é muito pouco em relação aos outros que ainda hoje continuam na lista de espera para ter um espaço. Os outros se tiverem mais pessoas ou mais atividades é claro que terão prioridade sobre a vossa associação. Não pode é vir aqui proceder como um “arauto” da proteção da juventude e que se não existe que não haveria atividades juvenis em Setúbal. Disse que o proibiram de fazer uma atividade num campo verde e que por isso os jovens não podem fazer desporto. Sabe que existem 227 instituições neste município? Pois muitas delas são de carácter juvenil.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e vinte minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

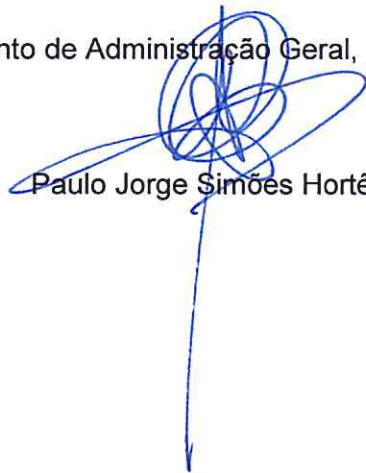
A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de julho de 2017, por unanimidade, contém 31 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Manuel Monteiro Cordeiro

Conferida por:  
Ana Cristina Claro